

A Evolução Histórica dos Conceitos de Território/Territorialidade no Contexto do Desenvolvimento Rural ¹

Letícia Lima, Ms.

leticialimagauderia@hotmail.com, UFRGS, Brasil

Leonardo Xavier da Silva, Dr.

leonardo.xavier@ufrgs.br, UFRGS, Brasil

Marlise A. R. Dal Forno, Dra.

marlise.forno@ufrgs.br, UFRGS, Brasil

Resumo

O presente artigo objetiva apresentar uma discussão referente aos conceitos de Território e Territorialidade, a partir de uma seleção de autores que tem desenvolvido estudos de importante relevância sobre a temática indicando diferentes abordagens. Além disso, destaca de que maneira a relação entre os conceitos e o Desenvolvimento Rural em realidades locais/ regionais, podem contribuir para entendimento sobre os processos produtivos e as relações entre os atores sociais. Para o Desenvolvimento Rural, o território é importante quando se pensa nas questões de desenvolvimento local e na atuação dos atores sociais, sejam eles indivíduos, instituições ou a governança local através das políticas públicas que visem à redução da pobreza e a geração de renda. O Território pode apresentar diferentes formas de Territorialidade que se constituem em processos onde ocorrem as interações sociais internas e externas.

Palavras-Chave: Território – Territorialidade – Desenvolvimento Rural

Abstract

This article presents a discussion regarding the concepts of territory and territoriality from a selection of authors indicating their different approaches. Furthermore, highlight how the concepts can be related in studies on rural development in local / regional realities, contributing to the understanding of processes and relations between social actors. Territory can show different forms of territoriality make in process where the internal and external social interactions occur with territory. To the rural development, territory is important, when local development and the actors' action are analyzed, being them individuals, institutions, or local governance, seen by the public policies, especially related to the poverty reduction and improvement of income.

¹Histórico do Artigo: Recebido em 30 de abril de 2014. Aceito em 12 de outubro de 2014. Publicado online em 5 de março de 2015.

Keywords: Territory - Territoriality - Rural Development.

1. Introdução

Desde os primórdios, a trajetória humana no espaço planetário vem estabelecendo relações distintas que variam desde a dependência, apropriação e dominação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo, estas relações são permeadas pela identificação e delimitação de áreas ocupadas, muitas vezes cobiçadas entre grupos humanos, sendo alvo de disputas e guerras, transformando-se constantemente. “O domínio delimitado do espaço possibilita a coletividade ver-se envolvida numa História e numa Geografia comuns, as quais são elementos básicos à construção de identidades territoriais, e de suas respectivas comunidades” (HEIDRICH, 1998, p.16).

A construção de um território enquanto espaço é tão complexo quanto o seu conceito. Portanto, a preocupação deste estudo é apresentar alguns autores e discussões cognitivas e conceituais do que vem a ser território e territorialidade. Obviamente, não é pretensão dar conta de todos os trabalhos já produzidos sobre a temática. Mas, sim, a partir de uma prévia leitura e revisão bibliográfica, levando em consideração a evolução histórica dos conceitos de território e territorialidade, indicar algumas discussões recentes, propiciando “um debate” entre os autores citados.

A escolha do assunto - território e territorialidade - condiz com a importância que o meio acadêmico vem proporcionado, a partir de uma série de debates e eventos sobre o Desenvolvimento Rural e a importância que a identificação das áreas locais/regionais pode contribuir para o entendimento do processo produtivo, das inter-relações entre os atores sociais e de que maneira o processo de desenvolvimento local acontece.

As abordagens acerca de território e territorialidade passaram a ganhar maior visibilidade nas últimas décadas, principalmente, com o final da Guerra Fria nos anos 1990. Isso, porque as dificuldades de contato entre as pessoas das mais variadas nacionalidades, os canais de acesso e transmissão da informação, o acesso a mercadorias teve quebras em suas barreiras. A tecnologia através da rede mundial de computadores contribuiu para a constituição de “uma grande aldeia global” encurtando as distâncias entre os Estados-Nações, mas aumentando a exclusão entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, em relação ao capital¹ disponível para adequar-se às novas tendências e/ou tornarem-se países mais competitivos com a ampliação de mercados. Os efeitos da Globalização consistem, conforme indica Long (1996, p.9) “he tratado de destacar la compleja dinámica interrelacionada a través de la cual los procesos globalizantes y localizantes generan nuevos modos de organización y sobrevivencia económica, nuevas identidades, alianzas y luchas por espacio y por poder, y nuevos repertorios culturales y de conocimiento”.

No entanto, continua sendo necessário à preservação dos laços indenitários locais, pois são eles que auxiliam na constituição de redes de desenvolvimento, possibilitando alternativas de renda e trabalho. Da mesma forma, o desenvolvimento territorial, tendo como foco o rural, pode contribuir para que as localidades com pouca densidade populacional e voltadas principalmente para atividades do setor primário sejam fontes para possíveis estudos e encaminhamentos de projetos viabilizados através de políticas públicas.

2. Território

Um dos primeiros registros sobre o aparecimento do conceito de território deve-se ao geógrafo alemão Friedrich Ratzel, durante o processo da unificação Alemã em 1871 e da institucionalização da Geografia enquanto Ciência em várias universidades da Europa no mesmo período. Para Ratzel, o território consistia em uma parcela da superfície terrestre apropriada por um grupo humano, que teria uma necessidade imperativa de um território com recursos naturais suficientes para seu povoamento, os quais seriam utilizados a partir das capacidades tecnológicas existentes.

¹ A utilização do termo “capital” no artigo refere-se à quantidade de dinheiro aplicado e/ou disponível.

Na concepção de Ratzel, o conceito de território tinha como referencial o Estado–Nação (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006).

Em oposição às ideias de Ratzel, o também geógrafo Paul Vidal de La Blache, da escola francesa, utiliza o conceito de região ao invés de território. Defendia uma geografia regional baseada no intensivo estudo de regiões fisicamente pequenas definidas e do inter-relacionamento das pessoas com o seu ambiente. Segundo Schneider (2009, p.6) “A preocupação com o espaço-região é uma questão fundamental para a geografia possibilista [...] que pensava as regiões a partir de seus atributos naturais como relevo, clima, atividades econômicas e infraestrutura”. Passados vários anos em desuso, somente a partir de 1970, o território reaparece como termo explicativo da realidade.

O geógrafo norte americano Jean Gottmann descreve que o significado de território foi se modificando ao longo do tempo. Caracteriza-se por ser um espaço que sustenta as relações entre as pessoas, de acordo com as condições geográficas, políticas e econômicas. Gottmann concorda com Ratzel em relação à percepção de território-Estado. Para ambos,

Cabe destacar que el territorio estatal, como utiliza Gottmann y mismo Ratzel, no perdió su importancia en el escenario mundial, El solo un tipo específico de territorio. Al mismo tiempo, en que los múltiples territorios de pequeña dimensión, sin embargo no depreciables numéricamente, se multiplican y se fortalecen como sustentación para la existencia social del individuo. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006, p. 76)

Nos anos 1980, o geógrafo francês Claude Raffestin fazendo um contraponto a Ratzel sobre a relação entre território – poder indicava a existência de múltiplos poderes que se manifestavam nas estratégias regionais e locais. Segundo Raffestin (1993), o território consiste no espaço onde o poder está relacionado aos aspectos sociais em diferentes níveis. O território se forma a partir do espaço pela ação do homem; é definido a partir das relações de poder (econômicas, políticas e culturais). O autor (Raffestin) indica ainda que para compreender o território é preciso entender o poder exercido pelas pessoas de maneira individual ou em grupo. Isto contribui, de certa maneira, conforme Schneider destaca que o território (2009, p.5) “é também a presença de energia e de informação, na forma de ações e estruturas simbólicas. Isto permite pensar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (T-D- R) a partir do grau de acessibilidade à informação”.

De acordo com os estudos desenvolvidos pelo geógrafo Robert Sack, há indicativos de que as relações de controle e acesso aos espaços define o que venha a ser território, sejam elas em escala local até a mundial. As relações de domínio e de territorialidade ocorrem através de motivações dos indivíduos. Os autores Schneider e Tartaruga indicam que os estudos de Sack têm significativa importância na flexibilidade e amplitude no que diz respeito a território, porque

Este autor sostiene que la mayoría de los territorios tiende a ser fijo en el espacio, pero algunos pueden moverse – territorios móviles. Además de eso destaca que un área puede ser utilizada como un territorio en un momento o periodo cualquiera y perder esta calidad en otro.

Em otros términos, un área para ser territorio necesita de un esfuerzo constante para mantener las estrategias para influenciar y controlar el acceso a través de sus límites, y cuando estas cesan el atributo territorial también cesa. (SCHNEIDER; TARTARUGA, 2006, p. 75)

Outro estudo interessante é proposto por Abrão (2010) sobre as concepções de espaço geográfico e território a partir da aproximação com a História, visando a identificar que o tempo é importante para compreensão das formas de ocupação humana no espaço terrestre.

O território se forma a partir de uma relação espaço/tempo e ao se apropriar de um espaço, em determinado tempo, a sociedade o territorializa. A utilização do território pelo homem cria o espaço, projetado pelo trabalho. Neste sentido, se faz necessário

compreender a história, numa relação dialética, envolvendo o tempo curto, o médio, a longa duração (ABRÃO, 2010, p.61).

Em estudos desenvolvidos sobre o território para o caso brasileiro, os autores transitam nas temáticas acerca de território dividindo-se entre as abordagens fundamentadas na dimensão local, que podem trazer benefícios para quem vive nos territórios (como por exemplo, nos aspectos sociais, ambientais e econômicos), quando direcionados por políticas públicas eficazes, e outra na esfera regional e mundial, onde o território fica a mercê dos condicionantes externos (Capitalismo, Globalização, Estado).

Seja como for, ao longo do tempo houve muitas abordagens e mudanças na concepção de território. Até mesmo entre as ciências as variações acontecem. Na geografia, ciência pioneira na utilização do conceito, território está relacionado a espaço. Nas Ciências humanas, o território é visto como espaço onde os seres humanos, divididos em grupos sociais, estabelecem contatos de relação/interação. Nas ciências naturais, território serve como identificador do habitat, biomas e/ou ecossistemas para os seres vivos.

De fato, não existe uma definição para território, mas várias. No âmbito das Ciências humanas, da qual a geografia faz parte, alguns caminhos indicam quais são os mais abordados na atualidade. Entre eles, o território enquanto espaço de interação humana, onde as pessoas estabelecem interações com meio transformando-o, criando relações de poder através do uso e apropriação, (re)construindo novas organizações econômicas e sociais. Nesse sentido, vale destacar os trabalhos desenvolvidos por Henry Lefebvre, Milton Santos, David Harvey entre outros, que identificam que as relações de uso e apropriação do espaço nas sociedades modernas ocorrem a partir da constituição de mecanismos de poder e de intervenções na natureza.

Na multiplicidade de interpretações sobre o conceito de território às relações que ocorrem de maneira subjetiva, onde os aspectos peculiares à cultura de um povo ou grupo social criam vínculos, as relações são cheias de significados e simbolismos. Destaca-se nesta perspectiva o fortalecimento dos laços indenitários, sejam eles de caráter material e imaterial, mantendo fortes vínculos de sociabilidade com o espaço/território.

Por fim, a abordagem de território na perspectiva da economia e da geografia identifica o território relacionado à região, onde existem preocupações acerca dos caminhos e meios utilizados pelas sociedades no desenvolvimento das economias locais/regionais numa relação tríade entre espaço-território- desenvolvimento. Os aspectos das três abordagens sobre território possuem semelhanças referenciadas por Schneider (2009) da seguinte maneira:

[...] é o fato de considerarem que os sistemas produtivos e as relações de produção operam nos marcos de uma dinâmica peculiar que é influenciada pelo espaço em que se encontram. Esta articulação, do tecido produtivo local com o ambiente socioeconômico, levou à crescente utilização, do conceito de território, que passou a ser entendido pelos economistas como uma variável a ser levada em consideração no estudo dos processos de desenvolvimento (SCHNEIDER, 2009, p.8).

De acordo com os processos de desenvolvimento, os estudos sobre território estão focando cada vez mais as questões de caráter local do que de dimensões maiores. Isto porque com a Globalização nos anos de 1990 personificada na exclusão socioeconômica das nações menos favorecidas, está direcionando as populações locais destes países a criação de mecanismos em seus territórios. Desta maneira, o propósito é fortalecer suas culturas resistindo às imposições de outras culturas ditas avançadas. Segundo Santos (1985), o território corresponde ao palco onde se realizam as atividades criadas, a partir da herança cultural do povo que o ocupa; é também uma fração do espaço local articulada ao mundial.

As áreas desfavorecidas objetivam melhores condições econômicas para competir nos mercados, visando a criar situações para que os poderes e lideranças locais possam compartilhar o cenário político e a tomada de decisões conjuntamente com instituições de caráter não governamental. É inegável que as transformações sobre as definições

do conceito de território ainda estão longe de cessarem. Também ocorrem, de acordo com Haesbaert e Limonad (2007), preocupações com o planeta Terra enquanto espaço-mundo, ou seja, numa perspectiva de amplitude espacial. Os estudos destes autores sobre o território indicam direções que levam a crer que

Simbolicamente, territórios como aqueles das reservas naturais e patrimônios da humanidade podem ajudar na consolidação de uma identidade-mundo capaz de unir numa mesma “rede-território” toda a civilização planetária. [...]. Uma nova identidade sócia territorial (*sic!*), também planetária, torna-se imprescindível. Neste sentido, a consciência global dos problemas ecológicos, político-militares, econômicos, médico-sanitários [...] pode constituir um primeiro passo [...]. Talvez esteja se moldando assim, hoje, uma nova concepção de território: um território que, acoplando inúmeras redes, poderia dar-lhes uma unidade e incorporá-las, integrando-as num grande lugar: o território mundo. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p.50 - 51)

Assim sendo, diferentes conceitos podem surgir na tentativa de explicar o que vem a ser território e quais são as suas funcionalidades. No entanto, é comum (na maioria das abordagens) o território sendo identificado como o espaço (meio) onde ocorrem relações de poder e de apropriação e as territorialidades o entendimento sobre como se da (processo) destas interações sociais internas e externas. O passo seguinte é identificar as abordagens conceituais para territorialidade.

3. Territorialidade

Apesar da semelhança semântica entre território e territorialidade, essas possuem especificidades próprias. O conceito de territorialidade surgiu em 1920 através do ornitólogo inglês, H. E. Howard. Para ele, a territorialidade baseava-se "na conduta característica adotada por um organismo para tomar posse de um território e defendê-lo contra os membros de sua própria espécie". Segundo os autores RAFFESTIN (1993), LE BERRE (1992), SANTOS (2009), a origem de territorialidade no campo das ciências naturais está na área da Etnologia. O uso do termo deve-se à observação de animais por pesquisadores em seu meio natural e não apenas em condições artificiais que os laboratórios ofereciam.

Assim sendo, a partir dos estudos com seres isolados, passou-se a analisar as sociedades de animais, transferindo o uso do termo território do domínio político-administrativo da Etnologia, dando status de conceito científico no qual estavam sempre associadas às ideias de dominação, área, extensão e limites.

As ciências sociais, segundo Le Berre (1992, p. 630) “plantear que la territorialidad existe tanto en el dominio del hombre como en el dominio animal: tanto en el dominio de uno como en el del otro, los comportamientos sólo pueden ser comprendidos en su entorno global y por su inserción en un territorio propio”. Isto quer dizer que o conceito de territorialidade referencia as relações de poder que o homem exerce e compreendidas a partir de ações\interações com o território.

A territorialidade tem relação direta com as formas de apropriação de um espaço por diferentes grupos. “O território pode ser definido como a porção da superfície terrestre, apropriada por um grupo social, visando a assegurar sua reprodução e a satisfação de suas necessidades vitais” (LE BERRE, 1992, p.610). Para vários territórios, há várias territorialidades. Esta última é uma palavra de espectro de significação intensa.

Antes, porém, de uma sujeição plena ao território, antes deste se caracterizar como recurso pelo qual se exerce o domínio e o controle social, surgem as territorialidades. Ao território se chega pelo desenvolvimento dessa relação. Aliás, isto é importante: o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação, separação. E, se apenas parte destas características estão

presentes, creio que podemos considerar a ocorrência do seu princípio, ou seja, do princípio da territorialidade (HEIDRICH, [2014], p.3).

Assim como o conceito de território, podemos encontrar distintas maneiras conotativas para a territorialidade. “É a totalidade das questões concretas e abstratas, objetivas e subjetivas, materiais e imateriais, emotivas e perceptivas” (GIL, 2004, p.3). Elas variam em escala (nível local, regional, ...), oferecendo dinâmicas sociais próprias.

Existem várias maneiras de identificar os territórios sobre a superfície terrestre e a cada um corresponde uma vasta diversidade de territorialidades, com dimensões e conteúdos específicos. A territorialidade também é distinta dependendo da escala: nível local, cotidiano, regional ou ao nível nacional e supranacional. (HAESBAERT; LIMONAD, 2007). De acordo com a organização dos territórios e suas territorialidades, tem-se variadas formas do exercício de liderança personificada na figura do Estado. “O Estado caracteriza-se como uma forma organizada e unificadora da manifestação do poder de uma coletividade, num território delimitado (HEIDRICH, 1998, p.15)”.

A territorialidade, conforme a extensão territorial e de acordo com o modelo sociopolítico-econômico adotado, possibilita a transformação paulatina das diferentes regiões desse território. Assim, a territorialidade, enquanto exercício de poder jurídico-político-econômico em um contexto nacional resultaria do processo de valorização do espaço geográfico, nos termos de um dado modo de produção (SANTOS 2009). Ela pode sofrer modificações ao longo do tempo, gerar novas territorialidades e/ou propiciar enraizamentos espaciais.

Na conjuntura atual podem ser identificadas facilmente as territorialidades. A existência de um número muito maior de territórios, permite compreender de que maneira que a territorialidade está inserida na construção da identidade dos Estados-Nações, nos limites político-territoriais, nas classes sociais, línguas, religiões, no fluxo de circulação e produção de mercadorias e na geração de capital. Ao mesmo tempo, é possível perceber que os territórios mais ricos exercem o domínio sobre áreas menos favorecidas, contribuindo para o agravamento da exclusão social, pobreza e miséria destas áreas. Situações como estas contribuem para que se (re)criem as territorialidades, onde o uso do poder impera nas relações. Santos (2009) destaca alguns argumentos de Sack e Sorja a respeito da territorialidade e as relações de poder

Para Sack (1986), a territorialidade é um comportamento humano espacial. Uma expressão de poder que não é nem instintiva e nem agressiva, apenas se constitui em uma estratégia humana para afetar, influenciar e controlar o uso social do espaço, abarcando escalas que vão do nível individual ao quadro internacional. Ou seja, "a tentativa de um indivíduo ou grupo para afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações, e para delimitar e impor controle sobre uma área geográfica. Essa área será chamada de território" (p. 19). Sack admite que o território seja um lugar que está sob o controle de uma autoridade, acatando a concepção de Soja (1971) de que se trata de um espaço organizado politicamente. Desse modo, Sack evidencia a questão da acessibilidade a recursos como uma propriedade da territorialidade, porquanto "é uma estratégia para estabelecer diferentes graus de acesso". A territorialidade se manifesta, então, como um tipo de delimitação espacial, onde vigora uma forma de comunicação, que evidencia controle de acesso tanto ao conteúdo interno quanto à entrada/saída externa (SANTOS, 2009, p. 1).

Sendo assim, atualmente o mundo vive um processo de transição sem ter claramente definidos quais serão os paradigmas que conduzirão as mudanças em andamento. O surgimento de novas e cada vez mais avançadas tecnologias nas áreas da informática e da biotecnologia disponíveis para poucos, as incertezas do sistema capitalista prevalecem. Cada vez mais instável, este sistema oscila entre momentos de euforia e de desenvolvimento econômico para poucos países e, em outros momentos, períodos de recessão e apreensão em muitos países, contribuindo para a miséria e fome, gerando uma complexidade de incertezas para a humanidade.

Neste contexto, as questões relacionadas à ocupação e ao uso dos territórios são muito importantes para organização socioeconômica e cultural dos povos, cabendo ao Estado-Nação, ações que efetivamente propiciem o bem-estar. As territorialidades se fazem presentes e é preciso entendê-las como funcionam. O conceito de territorialidade é complexo, mas oferece possibilidades de percepção dos enfoques que aborda.

Entre elas, a territorialidade a partir da delimitação de um espaço ambiental dando-lhe significação de patrimônio pertencente a uma coletividade (Estado-Nação). Valoriza os aspectos de caráter jurídico, de demarcação, interdição ou dominação. Já a territorialidade no âmbito da economia pode implicar no controle sobre a produção e distribuição de recursos. Ou ainda, a territorialidade de acordo com o caráter político-econômico, onde está em questão o processo de produção de recursos e de gestão do acesso.

A par de alguns conceitos sobre território e territorialidade, a intenção foi a de apresentar uma visão geral sobre ambos. Pretende-se a seguir descrever uma relação entre os conceitos de território e territorialidade na esfera do desenvolvimento rural, enquanto alternativa para projeção espacial, dos atores sociais e as instituições envolvidas.

4. Território, Territorialidade e Desenvolvimento Rural

Os espaços rurais sempre foram vistos como áreas com pouco adensamento populacional, sinônimo de atraso em relação ao urbano que oferecia maiores oportunidades de trabalho, moradia, assistência e saneamento básico. As atividades econômicas desenvolvidas – agricultura e pecuária - não garantiriam o sustento de todos os que optassem em permanecer no campo, além de serem consideradas atividades penosas, exigindo força e dedicação constante e baixa remuneração.

Estas características permaneceram no “imaginário popular” durante décadas sendo reforçadas pela atmosfera da Era Fordista, quando as tecnologias passam a fazer parte essencialmente dos sistemas produtivos e no cotidiano dos habitantes em diversas partes do mundo, tanto no campo quanto na cidade, acelerando o processo da mecanização e da automação.

A maneira como se desenvolvem as relações socioeconômicas indicam que os territórios e suas territorialidades tiveram que ao longo do tempo encontrar formas de sobrevivência. A grande “*illusion*” da vida na cidade mostra sua face: cronometrada, especializada, massificadora e excludente. Não é intenção “mistificar ou atribuir juízos de valor” em relação à vida urbana, sabendo que ela teve importância para o desenvolvimento de áreas inóspitas. Mas, é preciso identificar que em muitos aspectos contribuíram para o aumento considerável da pobreza e da miséria.

Neste sentido é necessário um caminho inverso, ou seja, a criação de alternativas que possam contribuir para o desenvolvimento das áreas rurais, reduzindo o êxodo e diminuindo o inchaço populacional das áreas urbanas. Isto quer dizer que, os espaços rurais podem servir de alternativa para geração de renda e moradia em contraponto ao crescimento desordenado das cidades, que contribuiu consideravelmente para o agravamento dos problemas sociais.

A utilização de uma abordagem territorial com a perspectiva no Desenvolvimento Rural pode indicar direções e possibilidades. De acordo com Abramovay (2009)

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. [...] Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados. [...] Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais de

prerrogativas necessárias a que sejam elas protagonistas centrais da construção dos novos territórios. (ABRAMOVAY, 2009, p.100)

Desde os anos de 1990 publicações sobre as abordagens territoriais voltadas para o Desenvolvimento Rural vêm crescendo consideravelmente (FAVARETO, 2010; ABRAMOVAY, 2009; SCHNEIDER, 2009; SCHEJTMANN, 2004; SCHNEIDER & TARTARUGA, 2006.), indicando possibilidades e alternativas para espaços locais e regionais. Os aspectos mais relevantes e comuns entre estas abordagens direcionam para as relações entre território e os atores sociais, as formas de produção e a utilização destes espaços. Também englobam estudos de acordo com as questões de caráter preservacionista, para a geração de renda, sobre os processos migratórios e de povoamento de áreas, bem como, o papel do Estado frente às políticas públicas.

O Desenvolvimento Rural pode contribuir a partir de uma perspectiva territorial, conforme descreve Schneider (2009), para o encontro de novas formas de pensar sobre a ruralidade, elaboração de políticas públicas, a experiência e a implementação de novas práticas e formas de ocupação dos espaços. Para o autor “na perspectiva territorial, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo escrutínio da diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando a sua reprodução econômica e social” (SCHNEIDER, 2009, p.20). Para Favareto (2010) a utilização dos espaços rurais na concepção de território deve estar pautada nos seguintes preceitos:

Não faz sentido tratar o rural como sinônimo de agrário, que é preciso compreendê-lo, sobretudo, por sua natureza eminentemente territorial. [...] a lógica do território incorpora o espaço consumível, mas também o espaço imobilizado em componentes não monitorizáveis. Por decorrência, o enfoque territorial implica em lidar com aspectos não diretamente mercantis a influenciar as regras para a apropriação ou regulação do uso social desses espaços. (FAVARETO, 2010, p.299; 311.)

A utilização do enfoque territorial vinculado ao Desenvolvimento Rural aparece em muitos estudos na Geografia, na Antropologia e em disciplinas que valorizam as características cognitivas. Os estudos de Schejtammn e Berdegúe (2004) sobre território se aproximam dos conceitos de espaço utilizados pela Geografia e as preocupações com o enfoque territorial, objetivando a redução da pobreza em áreas rurais, através do estímulo de processos de transformação produtiva e institucional. Assim, descrevem que:

El desarrollo institucional tiene una importancia decisiva para el desarrollo territorial. En particular, en lo que dice relación directa con la existencia y funcionamiento de redes de relaciones sociales de reciprocidad basadas en la confianza; elementos culturales e identidad territorial; y redes con actores externos al territorio. Todos ellos son factores que facilitan el aprendizaje colectivo, prerequisite para la amplia difusión Del progreso técnico y la competitividad. Igualmente, estas instituciones son el elemento que liga a los proyectos colectivos de desarrollo rural y resultan absolutamente indispensables para que los procesos de desarrollo tiendan a superar, y no a reproducir, las relaciones de poder que marginan a los sectores pobres de las oportunidades y beneficios de dichos procesos. (SCHEJTAMNN; BERDEGUÉ, 2004, p. 29).

O Desenvolvimento rural na perspectiva de território e territorialidade indica que as relações de institucionalidade, na composição social a partir dos elementos culturais e de identidade, bem como, o progresso técnico e geração de capital, podem ser agrupadas conforme Schneider (2009) em duas vertentes: a primeira, os territórios rurais constituídos de acordo com os aspectos sociais, a identidade e o capital social. E a segunda, com as inter-relações entre as relações sociais e econômicas.

A primeira vertente indica que nos territórios, as formas que se processam as ações dos indivíduos, enquanto coletividade no espaço que ocupam, estão arraigadas de características indenitárias, que podem gerar situações de interação, cooperação ou dominação. A segunda vertente destaca a relação que há das atividades econômicas com as interações de proximidade entre os indivíduos nos espaços ou ambientes sociais.

Estes espaços são identificados por adotarem condutas fortemente marcadas onde as relações entre os atores sociais são baseadas em hierarquias e disputas pelo poder. Elas conduzem a organização econômica dos territórios, os processos de utilização da tecnologia e a busca da produtividade. “Neste sentido, a ruralidade é percebida a partir de sua dimensão cultural e simbólica, fazendo com que diferentes tipos de atores, ligados ou não a atividades produtivas agrícolas, por exemplo, se mobilizem em prol do território. (SCHNEIDER, 2009, p.23)”.

Os estudos sobre o Desenvolvimento rural a partir das abordagens conceituais de território e territorialidade (GUIMARÃES, 2013; SCHIAVINATTO, 2013; REIS, 2012; BLUME, 2004) não se sustentam somente com uma visão parcial dos aspectos socioeconômicos. A política também desempenha um importante papel. É ela que legitima e garante (ou deveria garantir) estratégias e ações intermediadoras entre as sociedades e as suas necessidades, variando de acordo a espacialidade. Através do entendimento das dinâmicas do território é que o Estado pode fazer uso das políticas públicas. O papel de centralizador dos Estados-Nação está em transformação e, atualmente, a localidade está tendo mais autonomia para gerenciar suas próprias necessidades, criando instituições que permitem aos atores sociais maior participação na tomada de decisões e administrando recursos próprios, visando ao desenvolvimento.

As políticas para o Desenvolvimento Rural, na interpretação de Favareto (2010, p.312), “apesar da forte espacialidade que marca o rural, as regras do jogo continuam fortemente orientadas pelo viés setorial, na formulação das políticas e na mobilização dos atores”. Sem dúvida, são inesgotáveis as fontes e os temas relacionados ao Desenvolvimento Rural, no entanto, a relação com as abordagens conceituais de território e territorialidade podem indicar “pistas” de quão importante são as abordagens territoriais locais, enquanto alvo de discussões no mundo acadêmico e científico.

Ao mesmo tempo, estão servindo de resposta ou “uma luz no fim do túnel”, no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e a criação de mecanismos de participação social, valorizando e fortalecendo as identidades, contribuindo para a diminuição da pobreza. O desenvolvimento territorial focado no rural oferece possibilidades de superação das dicotomias globalizantes que fortaleceram apenas as ricas e poderosas nações. .

5. Considerações Finais

A elaboração deste artigo contribuiu para o entendimento de que os conceitos de território e territorialidade transformaram-se ao longo do tempo. De acordo com estas modificações foram utilizadas aquelas consideradas mais pertinentes, e com os autores que desenvolveram estudos sobre a temática nos últimos anos, principalmente no contexto dos anos de 1990. Partindo de uma evolução histórica, foram encontrados os primeiros registros da utilização dos conceitos de território e territorialidades nas Ciências Humanas, com destaque respectivamente na Geografia e na Etnologia. Neste sentido, de acordo com o objeto de tudo, as abordagens variavam entre a centralidade ora dos grupos humanos ora do espaço geográfico.

Nos estudos sobre conceitos de Território e Territorialidade, existem aqueles que descrevem sobre território e territorialidade a partir das relações e interações que os grupos humanos estabelecem nos espaços que ocupam, no âmbito sociocultural e na construção indenitária. Como é o caso dos autores La Blache, Raffestin e Abraão que propõem esta discussão em suas pesquisas.

Para os autores Ratzel, Lefebre, por exemplo, nos espaços onde perpassam relações de uso e apropriação, delinea-se a atuação do Estado. Em outra concepção, direcionada mais para o aspecto econômico de acordo com Santos (2009), percebeu-se que a dinâmica na produção de bens e a disponibilidade de recursos envolvem as relações entre os

atores sociais. Podem variar de acordo com necessidades específicas e percepções de pertencimento coletivo na inserção territorial. Por fim, de acordo com o delineamento dos estudos que retratam os conceitos de território e territorialidade, relacionou-se com outro tema de relevância acadêmica e científica – o Desenvolvimento Rural. Neste sentido os trabalhos de Abramovay, Schneider e Favareto, podem fornecer alguns indicativos sobre a importância do território para estudos e inserções do Desenvolvimento Rural, visando à construção da autonomia local e alternativas para o desenvolvimento econômico e social.

Sendo assim, o Território, enquanto espaço (meio) onde ocorrem as relações de poder e de apropriação, pode apresentar diferentes formas de Territorialidade que se constituem em processos onde ocorrem as interações sociais internas e externas com o território. E é nessa atmosfera que o Desenvolvimento Rural enquanto alternativa para a projeção espacial também apresenta características peculiares, dependendo da maneira como se organizam os territórios e suas territorialidades.

Desta forma, conclui-se que o território é importante para o Desenvolvimento Rural quando se pensa nas questões de desenvolvimento local e na atuação dos atores sociais, sejam eles indivíduos, instituições ou a governança local através das políticas públicas que visem à redução da pobreza e a geração de renda.

Referências bibliográficas

ABRÃO, Joice Aparecida Antonello. **Concepções de Espaço Geográfico e Território**. Sociedade e Território, Natal, v. 22, nº1, p. 46-64, jan./jun. 2010.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais**. 2ª ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009,152p.

BRUME, Roni. **Território e ruralidade: a desmistificação do fim do rural**. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural.

FAVARETO, Arilson. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural – mudança institucional ou “inovação por adição”?** Estudos Avançados, 24 (68),2010.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e Desenvolvimento Contemporâneo**. Revista Nera, n.4(7), 2004, p.5–19. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/1476/1452>> Acesso em Julho de 2012.

GUIMARÃES, Marcelo Duncan Alencar. **Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2013. Tese de Doutorado. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

HAESBART, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de globalização**. Etc., espaço, tempo e crítica, n.2 (4), v.1, ago.2007.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. **Fundamentos da formação do Território Moderno**. Boletim Gaúcho de Geografia, Porto Alegre, v. 23, p. 9-22, 1998.

_____. **Território, Integração Socioespacial, Região, Fragmentação e Educação Social**. [2014] Disponível em <http://www.unemat.br/prppg/ppgca/docs2013/territorio_integracao_sociopancional.pdf> Acesso em Março de 2014.

HOBSBAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

LE BERRE Maryvonne. **Territoires**, In: BAILLYA., FERRAS R., PUMAIN D. (coord.). Encyclopédie de la Géographie, Paris, Economica, 1992. (Traduzido pela professora Gloria Zamorano). Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/52678477/LE-BERRE>> Acesso em Julho de 2012.

LONG, Norman. **Globalización y Localización**: nuevos retos para la investigación rural. IN: La Sociedad Rural Mexicana Frente al Nuevo Milenio. GRAMMONT, Hubert C.; GAONA, Hector Tejera (Orgs.). Volumen I: La Inserción de la Agricultura Mexicana en la Economía Mundial, compilado por Sara maría Lara Flores y Michelle Chauvet. 1996. Universidad Autónoma Metropolitana-Azcapotzalco, Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto Nacional de Antropología e Historia, Plaza y Valdéz S.A. de C.V.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REIS, Fábio Henrique Vale. **Entre o Mercado e a Construção Social**: uma análise da experiência da implantação do Pronaf- infraestrutura e Pronat nos territórios do mato Grande – RN e Sertão do Apodi- RS (1997 -2010). Natal: UFRN, 2012. Dissertação de Mestrado. Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia.

SANTOS, Carlos. **Território e Territorialidade**. Revista Zona de Impacto, Ano. 11 v.13, set\dez, 2009. Disponível em <http://www.albertolinscaldas.unir.br/TERRIT%C3%93RIO%20E%20TERRITORIALIDADE_volume13.html> Acesso em Julho de 2012.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SCHEJTMANN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. **Desarrollo territorial rural**. Centro Latinoamericano para El Desarrollo Rural. Debates y Temas Rurales, n.1, Mar\2004. Disponível em <<http://www.femica.org/noticias/docNoticias/desarrolloterritorial.pdf>> Acesso em Julho de 2012. Acesso em Julho de 2012.

SCHIAVINATTO, Mônica. **Desenvolvimento Territorial**: inovação ou imposição? Um olhar sobre as abordagens territoriais do desenvolvimento rural na América Latina. Brasília: UNB, 2013. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável.

SCHNEIDER, Sérgio. Território, Ruralidade e Desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ SOLANO, Fabio; MEDINA, Juan Guillermo Ferro (Editores). (Org.). **Las configuraciones de los territorios Rurales em el siglo XXI**. Bogotá\Colômbia: Editorial Pontificia universidad Javeriana, 2009, v.1, p.67 -108.

_____ ; TARTARUGA, Iván G. Território y Enfoque Territorial: las referencias cognitivas a los aportes aplicados al análisis de los procesos sociales rurales. In: MANZANAL, Mabel; NEIMAN, Guillermo; LATTUADA, Mario. (Org.). **Desarrollo Rural, Organizaciones, Instituciones y Territorio**. Buenos Aires: Ed. Ciccus, 2006.p.71 -102.